

Congresso abre mão de fechar orçamento

Depois de dez meses de discussões, sessões entrando madrugada adentro, votações tensas e 63 mil emendas apresentadas, o Congresso Nacional acabou abrindo mão à última hora de sua prerrogativa de dar o acabamento final ao orçamento. Aboletados nas cadeiras do centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), com a autorização do próprio relator-geral do orçamento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), são os próprios técnicos do Departamento de Orçamento da União, do Ministério da Economia, que estão finalizando o texto da Lei Orçamentária com a ajuda dos colegas do serviço de Processamento de Dados do Senado.

À frente do grupo está o próprio diretor do DOU, José Carlos dos Santos. Para fazer o trabalho, está sendo usado um sistema de informática ligado aos computadores do Governo, e não do Senado: o Sidor, do Ministério da Economia, ao qual o presidente Fernando Collor tem acesso. Assim, antes mesmo de receber a lei para sanção — momento em que, oficialmente, poderia realizar modificações, através de seus vetos — Collor já pode, pelo menos em tese, acessar o Sidor e sugerir sua versão para o orçamento a José Carlos dos Santos.

O Governo acabou ganhando de presente a prerrogativa de dar o acabamento final do orçamento pelo próprio desinteresse do Congresso.

Um dia antes de entrarem em recesso, os parlamentares aprovaram o orçamento ainda sem seu texto final, que passaria, então, a ser elaborada no Prodasen. Ao acatar 300 emendas de deputados e senadores, Fiúza esqueceu-se de retirar aqueles recursos aprovados de suas dotações iniciais. Assim, a mesma dotação era destinada a duas obras diferentes: a inicial, sugerida pelo Governo, e a final, constante da emenda acatada. Na etapa do Prodasen é que essas distorções seriam resolvidas. Numa sala do Congresso, é o próprio Governo quem decide qual escola fará em detrimento de qual estrada e qual hospital deixará de existir para dar lugar a qual Ciac.

Proposta privilegia parlamentares pernambucanos

O Orçamento Geral da União, no total de Cr\$ 470 trilhões, aprovado em dezembro, ressaltando os destaques, não teve os votos dos parlamentares do PT e PSDB. Segundo o líder do PT, senador Eduardo Suplicy, a proposta privilegia as emendas dos parlamentares pernambucanos, estado do relator-geral do orçamento, deputado Ricardo Fiúza. A seguir, a relação dos deputados campeões de emendas aprovadas:

— **Ação Social:**
Ricardo Fiúza: Cr\$ 28,7 bilhões;

José Geraldo (PMDB-MG) — relator parcial: Cr\$ 9,8 bilhões e Roberto Magalhães (PFL-PE): Cr\$ 3,18 bilhões.

— **DNER:**
Sérgio Guerra (PSB-PE) — relator parcial: Cr\$ 28,6 bilhões;
José Carlos Vasconcelos (PFL-PE): Cr\$ 13,4 bilhões e Ricardo Fiúza: Cr\$ 13,3 bilhões.

— **SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional)**
José Luiz Maia (PFL-PI) — relator-parcial: Cr\$ 43,9 bilhões;

Ricardo Fiúza: Cr\$ 22 bilhões;
José Geraldo: Cr\$ 5,2 bilhões;
— **FNDE**

Louremberg Nunes Rocha (PTB-MT) — relator-parcial: Cr\$ 9,2 bilhões;
Ricardo Fiúza: Cr\$ 3,7 bilhões;

— **Agricultura:**
Felipe Mendes (PDS-PI) — relator-parcial dos recursos do Proagro: Cr\$ 4,1 bilhões;
Guilherme Palmeira (PFL-AL): Cr\$ 3 bilhões; e
Ricardo Fiúza: Cr\$ 2 bilhões. (SB)